

O desafio da água

O sistema de captação e distribuição de água para o abastecimento do Distrito Federal acaba de incorporar equipamentos de moderna tecnologia, destinado a reforçar o abastecimento originário da barragem do rio Descoberto, que atende a 47 por cento da população do DF. Adquirido a um custo de 11 bilhões de dólares, o maquinário que reforçará a rede da Caesb, garante a normalidade do serviço de água até meados de 1993. A curto prazo a ameaça do racionamento deixa de se constituir um problema a mais para a capital da República, muito embora não tenha perdido a posição preocupante que mantém na agenda de prioridades do GDF.

O abastecimento de água é, sem qualquer questionamento, um serviço público de dimensões sociais e econômicas de primeira ordem. Quer pela natureza de sua utilização, de serventia insubstituível e fundamental para assegurar o funcionamento da vida urbana, quer pelos altos custos de sua implantação e os largos prazos de maturação de sua implementação.

Numa demonstração de sensibilidade política, o governador Joaquim Roriz, ao assinalar que a tranquilidade obtida pela eliminação do racionamento até 1993, declarou: "É claro que a cidade tem um crescimento vegetativo. Por isso os problemas não terminam". E efetivamente as projeções futuras apontam para situações que poderão ser agravadas não apenas por contingenciamentos de demanda, mas, sobretudo em razão de limitações financeiras que estarão na raiz

das soluções já equacionadas em seus embasamentos técnicos, porém, não definidas em sua viabilização econômica. Fontes alternativas capazes de ampliar a oferta de novos aportes de volumes hídricos, muito embora identificados em seu aproveitamento, continuam sob custódia financeira em função dos níveis de investimentos que reclamam para serem desenvolvidos. Como os problemas não terminam, as soluções para resolvê-los não podem ser adiadas.

Por isso mesmo, emerge desse contexto de incertezas uma exigência a ser medida e avaliada com serena objetividade em seus provimentos, sem sofismas ou protelações. O DF está sujeito a projeções deficitárias insanáveis a partir das fontes orçamentárias disponíveis para o seu gerenciamento financeiro.

Assim sendo o desafio cresce emvergadura no sentido de ampliar as rendas fiscais em favor do DF, atualmente confinadas a injustas e descabidas partilhas do bolo da renda nacional. Apesar de ser uma unidade federada, em estruturação, com as responsabilidades de sediar a capital da República, encontra-se em situação de igualdade com os demais estados e aprisionada na camisa de força de uma municipalização que elimina a transferência do FPM para as suas populosas cidades-satélites, num alinhamento fiscal que não guarda relação com os deveres e obrigações de sustentar e prover os parâmetros de capital da República de uma Nação de 150 milhões de habitantes, moderna e funcionalmente estruturada com esse objetivo.